



Apoio às Concessões Municipais

*SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA
INFRAESTRUTURA – SDI/MP*

Novembro de 2018

CONTEXTO

- Situação fiscal dos entes federados desequilibrada;
- Em 2017, foram investidos no setor de infraestrutura 1,4% do PIB – insuficiente para repor a depreciação do capital instalado;
- Novo regime fiscal instituído pela PEC 241/2016 limita o aumento dos gastos públicos;
- Maior parte dos entes federados não conseguem levar a cabo concessões de seus serviços públicos:
 - Capacidade técnica local limitada
 - Insuficiência de recursos para custear estruturação com qualidade
 - Insegurança para tomada de decisão

APOIO DO GOVERNO FEDERAL

FEP – Lei 13.529/17

- **ASSESSORAMENTO TÉCNICO**
- **APOIO FINANCEIRO**
- PADRONIZAÇÃO DE DOCUMENTOS
- FINANCIAMENTO
- **GARANTIAS**
- CAPACITAÇÃO TÉCNICA
- SIMPLIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO
- **APOIO À REGULAÇÃO**

Iluminação
pública

Saneamento
básico

Resíduos
Sólidos

Mobilidade
urbana



Fortalecer a economia local

Serviços de qualidade com responsabilidade fiscal

Ampliar a oferta de serviços públicos

Melhorar a qualidade dos serviços existentes

Gerar novos empregos e renda

Prefeituras

População

Novas oportunidades de negócios

Investimento em infraestrutura urbana

Eficiência da gestão privada

Setor privado

Gerar valor aos negócios e às empresas

FUNCIONAMENTO DO FUNDO

1

União integraliza cotas em fundo privado, administrado por Instituição Financeira - CAIXA

2

Instituição Financeira faz chamada pública para identificar municípios

3

Municípios contratam a Instituição Financeira para realização de estudos

4

Instituição financeira contrata empresas desenvolvedoras de projetos, com recursos do fundo

5

Instituição financeira recebe estudos e os repassa ao Poder Concedente para licitação

6

Poder Concedente licita o serviço e assina o contrato com o parceiro privado

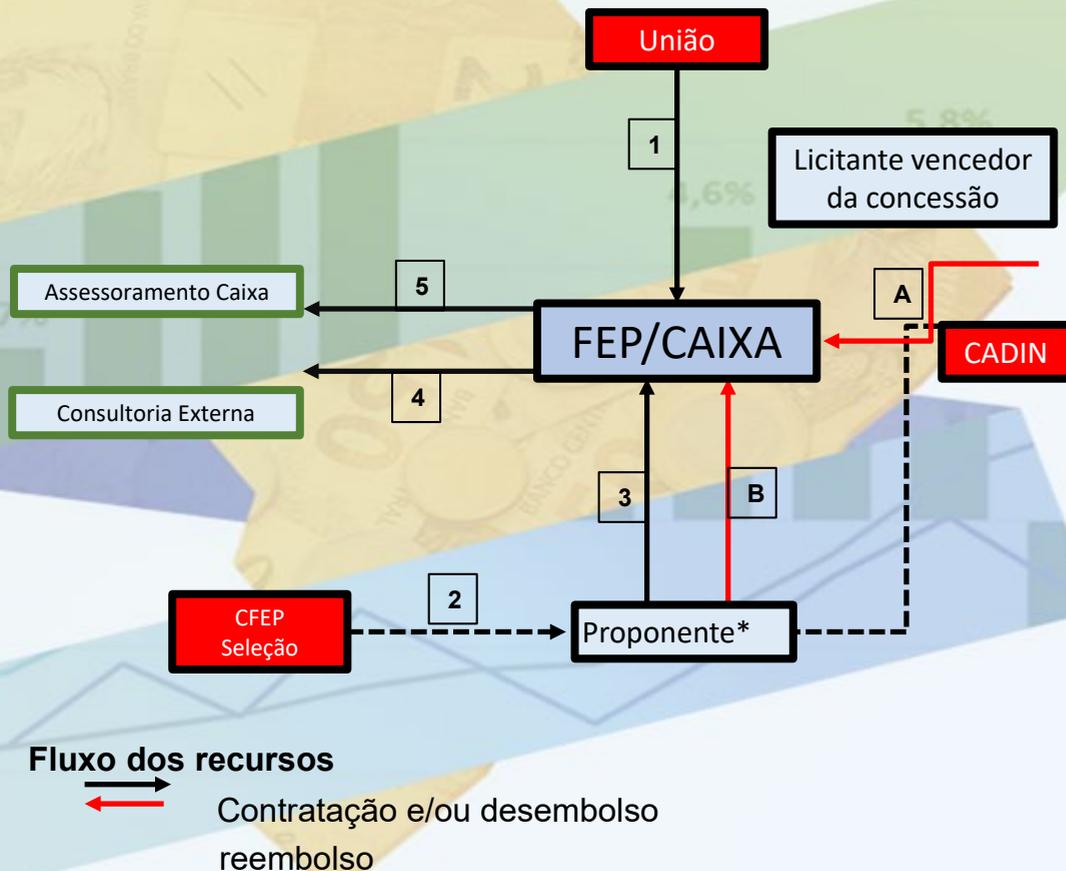
7

Parceiro privado ressarce o fundo

Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos – FEP CAIXA

- Dificuldades na estruturação e desenvolvimento de projetos é um dos principais entraves para a realização de parcerias.
- **Lei 13.529/2017-** Fundo financeiro com recursos da União para apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas (PPPs):
 - Objetivo: realizar apoio técnico desde a contratação dos estudos preliminares até a realização da licitação, além de orientações para a gestão do contrato (regulação)
 - FEP é contratado pelos entes mediante dispensa de licitação
- **Resultados esperados:**
 - Previsão de aportar R\$ 180 milhões no fundo até 2019;
 - Potencial de alavancar até R\$ 4 bilhões em investimentos em infraestrutura urbana e social;
 - Geração disseminada de emprego e renda;
 - Desenvolvimento de expertise em estruturação de projetos de concessões, especialmente os de pequeno porte;
 - Melhor atendimento aos municípios, aproveitando a capilaridade da instituição financeira – CAIXA;
 - Ganhos de escala na contratação dos estudos e redução do custo unitário dos projetos.

FEP Modelo Padrão



Contratação e Desembolso:

- 1 - União integraliza cotas no FEP;
- 2 - Conselho do FEP autoriza seleção;
- 3 - Cada proponente contrata o FEP/CAIXA, mediante dispensa de licitação, para a prestação de dois serviços: elaboração dos estudos e assessoramento CAIXA. No ato da contratação há o pagamento da contrapartida de 10% ao FEP;
- 4 - FEP/CAIXA contrata consultoria, mediante procedimento licitatório do banco, para elaboração dos estudos e realiza pagamentos por etapas;
- 5 - CAIXA presta assessoramento técnico ao ente durante a execução dos trabalhos da consultoria externa;

A - Sucesso da licitação: vencedor arca com os custos incorridos pelo FEP, com o percentual adicional de 10% e pelo valor de R\$ 104 mil a título de manutenção do FEP;

B - Insucesso motivado pelo proponente – ele arca com os custos incorridos pelo FEP (risco de inscrição no CADIN);

Insucesso Desmotivado – risco do FEP

* Proponente: Estado, Município ou companhia de saneamento selecionada por meio de chamamento público do FEP

FUNCIONAMENTO DO FUNDO

QUADRO RESUMO COMPARTILHAMENTO DOS RISCOS

Responsável pelos custos	Planejamento/Estudo	Autorização/Consulta/Anuência	Licitação	Contratação
Fundo	<ul style="list-style-type: none">Inviabilidade	<ul style="list-style-type: none">TCE/TCMNegativa ambiental (50%)Desinteresse do mercado	<ul style="list-style-type: none">DesertaImpedimento judicialSuspensão por órgãos de controle	<ul style="list-style-type: none">Desistência do licitante vencedor
Município	<ul style="list-style-type: none">Dados inverídicos, fornecidos na fase preliminar, que afetam a viabilidade	<ul style="list-style-type: none">Negativa da Câmara de VereadoresNegativa ambiental (50%)	<ul style="list-style-type: none">CancelamentoEdital diferente do aprovado pela Caixa	
Responsável pelos custos	Em qualquer fase			
Fundo	<ul style="list-style-type: none">Desistência do projeto de concessão			
Município	<ul style="list-style-type: none">Alteração unilateral da estruturação aprovadaDesistência do projeto de concessão			

FEP Modelo Padrão

DIRETRIZES SETORIAIS PARA ESTRUTURAÇÃO DE CONCESSÕES

Consultoria externa elaboração dos estudos

- Diagnóstico operacional, fiscal e legal
- Estruturação do projeto – EVTEA
 - Estudos Socioambientais;
 - Estudos de Engenharia, Logística e Afins;
 - Estudos de Mercado/Demanda;
 - Modelagem Econômico financeira;
 - Modelagem Jurídica.
- Apoio técnico ao ente na etapa de Validação Externa – realização de audiência e de consulta públicas e atendimento às interposições de órgãos de controle
- Apoio técnico à Comissão de Licitação

Assessoramento Caixa supervisão, acompanhamento e validação

- Contratação da consultoria externa e gestão do contrato
- Interlocução entre consultoria externa e o ente
- Orientação técnica à consultoria externa
- Recebimento preliminar dos produtos parciais e finais
- Submissão dos produtos ao ente
- Assessoramento ao ente na interlocução com os órgãos ambientais, Câmara de Vereadores e órgãos de controle internos e externos
- Plano de comunicação social
- Suporte na consulta pública e nas audiências públicas
- Suporte à Comissão de Licitação
- Realização de "Road Show"
- Suporte à contratação do Verificador Independente
- Assessoramento ao ente nas demais atividades necessárias à formalização do contrato de concessão.

APOIO À REGULAÇÃO

- Todos os demais Eixos encerram suas atividades na contratação da PPP ou da Concessão;
- O que acontece depois da contratação?
- Alcance dos Objetivos depende da capacidade de gestão dos contratos pelos Municípios
- Há déficit de capacidade técnica para gestão dos contratos nos municípios
- Objetivos:
 - Desenvolver modelos e instrumentos padronizados para regulação
 - Disseminar os modelos e instrumentos
- No caso dos Resíduos Sólidos Urbanos:
 - **Não há modelo padronizado de regulação**
 - **Política de recuperação de custos ineficiente e pouco desenvolvida**
 - **Experiência regulatória incipiente**
- **Resultados esperados:**
 - **Proposta de modelo de regulação na área de Resíduos sólidos urbanos**
 - **Teste no(s) município(s) do(s) projetos piloto do FEP**

PROJETOS - PILOTO

- Estruturar a política pública e estudar as diferentes tipologias a serem apoiadas;
- 5 projetos, beneficiando 26 municípios

ENTE	TIPOLOGIA	ESCOPO DA CONCESSÃO	OBSERVAÇÕES
São Simão/GO	Pequeno Porte	Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos Urbanos integrados	Estudar viabilidade de realizar concessão integrada das três modalidades.
Bauru/SP	Porte Médio	Resíduos Sólidos Urbanos	Apenas transbordo, transporte e destinação final. Não inclui coleta, podas de árvores, varrição e demais atividades de limpeza de logradouros públicos.
Teresina/PI	Capital	Resíduos Sólidos Urbanos	Não inclui podas de árvores, varrição e demais atividades de limpeza de logradouros públicos.
Uberaba/MG Consórcio CONVALE	Consórcio CONVALE Regional	Resíduos Sólidos Urbanos Município polo consorciado com 12 de pequeno porte	Consórcio liderado pelo Município Pólo. Não inclui podas de árvores, varrição e demais atividades de limpeza de logradouros públicos.
Estado do Ceará Consórcio COMARES	Consórcio COMARES Regional	Resíduos Sólidos Urbanos Municípios de Juazeiro do Norte, Crato mais 8 municípios	Apenas transbordo, transporte e destinação final. Consórcio intermunicipal liderado pelo Governo do Estado

São Simão/GO

- População: 17.088 habitantes
- Escopo do Estudo de Estruturação: **Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Manejo dos Resíduos Sólidos (incluindo a coleta)**
- **Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado**



Audiência Pública convocada pelo Ministério Público (16/05/2018)



Reunião de Partida de Projeto (17/05/2018)



Consórcio CONVALE

- Municípios: **Uberaba e mais 12 Municípios**
- População: **aproximadamente 460 mil habitantes**
- Escopo do Estudo de Estruturação: **Manejo dos resíduos sólidos urbanos**
- **Existência de Plano Municipal de Saneamento Básico em 12 municípios e inexistência do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**



Reunião de Partida de Projeto com a participação de Prefeitos e técnicos (15/06/2018)

Bauru/SP

- População: **360.992 habitantes**
- Escopo do Estudo de Estruturação: **Manejo dos resíduos sólidos urbanos (exclui a coleta)**
- **Existência de Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**



Reunião de Partida de Projeto com a participação Prefeito e Técnicos
(05/06/2018)



Reunião com Vereadores (06/06/2018)

Teresina/PI

- População: **850.198 habitantes**
- Escopo do Estudo de Estruturação: **Manejo dos resíduos sólidos urbanos**
- **Existência de Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**



Reunião de Partida de Projeto com a participação Técnicos
(29/05/2018)



Lixão operando com a presença de catadores



Aterro Sanitário previsto para operar nos próximos dias

The logo for CAIXA, featuring the word "CAIXA" in a bold, white, sans-serif font. The letter "X" is stylized with orange diagonal stripes. The logo is positioned in the top left corner of the slide, which has a blue background.

Cronograma Global dos Projetos-Piloto do FEP

OUT /
2018

Assessoramento Técnico CAIXA

PROJETOS-PILOTO FEP CAIXA

REALIZADO

ESTRUTURAÇÃO DO FEP PARA
PROJETOS PILOTO

11/2017

PRÓXIMOS PASSOS

ESTRUTURAÇÃO DAS CONCESSÕES DE RSU

11/2018

ASSINATURA DO
CONTRATO DE
CONCESSÃO



Assessoramento Técnico CAIXA

REALIZADO

ESTRUTURAÇÃO DO FEP PARA
PROJETOS PILOTO

PRÓXIMOS PASSOS

ESTRUTURAÇÃO DAS CONCESSÕES DE RSU



Assessoramento Técnico CAIXA

REALIZADO

PRÓXIMO PASSOS

ESTRUTURAÇÃO DO FEP PARA PROJETOS-PILOTO



Assessoramento Técnico CAIXA

REALIZADO

**ESTRUTURAÇÃO DO FEP PARA
PROJETOS PILOTO**

PRÓX



Assessoramento Técnico CAIXA

PROJETOS-PILOTO FEP CAIXA



Assessoramento Técnico CAIXA

PROJETOS-PILOTO FEP CAIXA

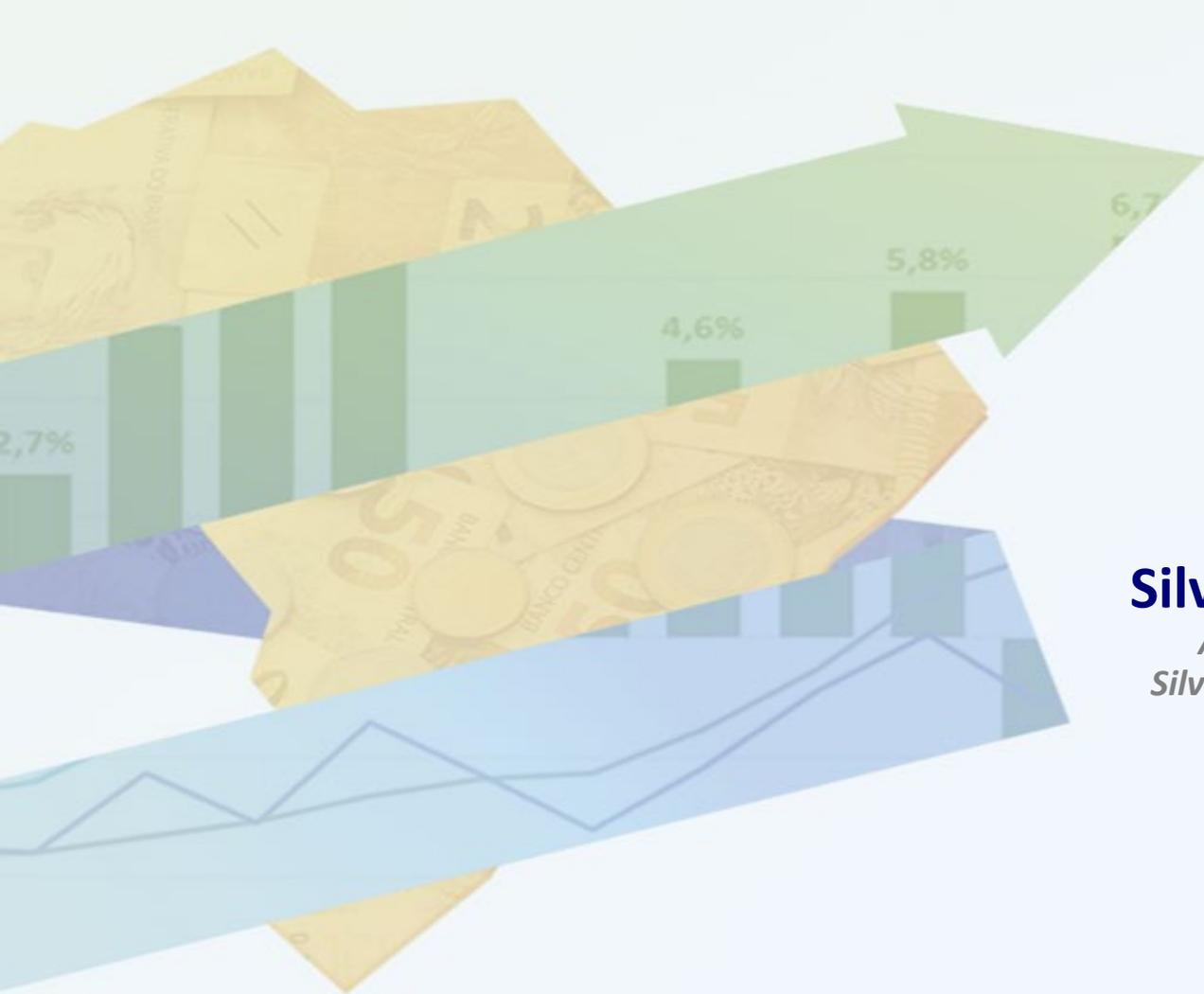
CAIXA – ESTRUTURAÇÃO

Atividades	Data limite
Fase 1 – Serviços Preliminares	11/2018 a 02/2019
Fase 2 - EVTEA	02/2019 a 08/2019
Fase 3 – Validação Externa	08/2019 a 12/2019
Fase 4 – Licitação e Contratação	12/2019 a 06/2020

AFD/EXPERTISE FRANCE

Atividades	Data limite
Início das atividades Consultoria	30/10/2018
Produto 1 - Plano de Trabalho	Até 13/11/2018
Produto 2 – Benchmark e Diagnóstico	Até 14/01/2019
Produto 3 – Modelos padrão de regulação	Até 30/03/2019
Produto 4 – Organização de Agência Reguladora para o Projeto Piloto selecionado	Até 30/05/2019
Produto 5 – Disseminação e treinamento	Até 30/06/2019





Obrigado.

Silvano Silvério da Costa

*Assessor do DEISU/SDI/MPDG
Silvano.costa@planejamento.gov.br*